

lado, comprovou os avanços significativos da historiografia portuguesa sobre a temática das relações entre o político e o eclesiástico nas diferentes épocas.

Vítor Neto



JORNADAS DE ESTUDO “AS MISERICÓRDIAS COMO FONTES CULTURAIS E DE INFORMAÇÃO”

Decorreram em Penafiel, entre os dias 18 e 20 de Outubro de 2001, as *Jornadas de Estudo “As Misericórdias como fontes culturais e de informação”*, organizadas pelo Arquivo Municipal de Penafiel (AMP), em colaboração com a Santa Casa da Misericórdia de Penafiel. No seguimento de outras acções de dinamização cultural que, nos últimos anos, têm caracterizado a actividade do AMP, o evento reuniu historiadores, historiadores de arte, profissionais de Conservação e Restauro, arquivistas, bibliotecários e representantes das Misericórdias, que inventariaram os problemas que afectam o património cultural das Misericórdias e debateram o seu estado actual, numa tentativa de encontrar soluções.

As Jornadas estruturaram-se em quatro secções: História, História de Arte, Conservação e Restauro e Arquivística. O encontro teve início com as comunicações sobre História das Misericórdias, a qual, nas últimas décadas, foi alvo de uma nítida renovação, fruto do crescente interesse dos investigadores por esta temática e da evolução da própria historiografia, que traçou para si novos rumos e viu os seus horizontes alargados. Neste esforço renovador inserem-se estudos de autores como Ivo Carneiro de Sousa, Maria Antónia Lopes ou Maria Marta Lobo de Araújo, que marcaram presença em Penafiel com as comunicações «As Misericórdias do Minho a Timor: mobilização religiosa, caridade e devoção régia», «Os requerimentos dos pobres dirigidos às Misericórdias como fonte histórica para o estudo da pobreza. O caso de Coimbra nos sécs. XVIII e XIX» e «Os Brasileiros e a caridade: a herança dos irmãos emigrantes da Misericórdia de Ponte de Lima no séc. XVII», respectivamente. Merece especial destaque a intervenção de Maria Antónia Lopes sobre o valor ímpar das petições dos pobres que, geralmente relegadas para um plano secundário ou até mesmo desconsideradas, apesar de existirem em abundância nos arquivos das Misericórdias, são imprescindíveis na caracterização da pobreza assistida. Escritas por terceiros, mas em geral ditadas pelos requerentes, as petições permanecem como testemunhos na primeira pessoa, permitindo aceder a informações tão diversificadas como as relativas à família, às doenças, à alimentação ou ao vestuário dos pobres.

No âmbito do Património Artístico, a par de estudos específicos de História de Arte (Isabel Bessa Garcia, «A clássica arquitectura de Penafiel: o caso da Misericórdia de Penafiel»; Celso Mangucci, «Talha, azulejos e pintura: a iconografia da Misericórdia em Évora»), é de salientar a divulgação do trabalho de defesa do património que tem sido levado a cabo pelas Misericórdias, nomeadamente através da realização de inventários (Teresa Morna, «Património artístico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – o inventário

integral»), alguns deles em colaboração com instituições estatais, como é o caso do projecto de Inventário do Património Arquitectónico das Misericórdias da DGEMN, desenvolvido a partir de 1990, e que serviu de mote para a comunicação de Paula Noé («O Inventário do Património Arquitectónico das Misericórdias. Ensaio tipológico: as Igrejas da Misericórdia do distrito de Viana do Castelo»). Numa mesma lógica de defesa da herança cultural das Misericórdias, estas Jornadas serviram também para abordar questões relativas à conservação e restauro do património. Neste sentido, Manuela Pinto da Costa alertou para a necessidade de actividades de «Conservação preventiva em têxteis», tendo em conta as situações degradantes de que têm sido alvo, quase sempre desprezados pelas instituições tutelares. A autora, numa intervenção prática, procurou incentivar as Misericórdias a responsabilizarem-se pelo correcto tratamento deste valioso património, sobretudo de carácter cultural, apresentando medidas para a sua salvaguarda.

As Jornadas de Estudo tiveram ainda como grande pólo de discussão as experiências arquivísticas que têm vindo a decorrer um pouco por todo o país, permitindo divulgá-las e pô-las em confronto. Um dos casos apresentados foi o do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Penafiel que, durante muitos anos sujeito à acção nefasta do pó, luz, humidade, fungos e insectos, foi depositado, por via de um protocolo estabelecido entre a Santa Casa e a Câmara Municipal, no Arquivo Municipal da cidade. Deste processo deu conta Paula Sofia Fernandes («O Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Penafiel: memórias de um percurso atribulado»), bem como da opção por um método de desinfestação (sistema de “bolha”) pouco utilizado em Portugal e que foi aplicado no acervo da Misericórdia.

Outras Misericórdias têm seguido percursos semelhantes, encontrando-se hoje depositados os seus fundos em arquivos municipais e distritais, onde foram alvo de acções de organização, inventariação e descrição, com a subsequente publicação de instrumentos de descrição e pesquisa (Clotilde Amaral, «A Misericórdia de Viana do Castelo: uma experiência arquivística no Alto Minho»; Silva Gonçalves e Paulo Guimarães, «As Misericórdias do distrito de Vila Real – fontes inestimáveis para a memória colectiva da região»). A maior parte das Misericórdias, porém, mantém a responsabilidade directa sobre os seus acervos, tendo algumas delas desencadeado trabalhos de salvaguarda, tratamento e valorização do património arquivístico à sua guarda, com a criação de arquivos históricos, facilitando a sua consulta a investigadores e público em geral (Carlos Manique, «Do cartório do Arquivo Histórico da Misericórdia de Sintra: notas sobre a sua utilização como fonte histórica» e Francisco D’Orey Manoel, «Uma visão sobre o Arquivo e a Biblioteca da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa: o desafio para o futuro»).

O caso do Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa foi apresentado por Francisco D’Orey Manoel que, na sua comunicação, procedeu a uma análise da situação actual, onde se pretende aplicar um plano de gestão integrada de arquivo. Assim, o sistema de arquivo tem vindo a ser entendido como um instrumento de gestão e de trabalho da própria entidade, devendo, por isso, controlar a documentação desde a sua produção ou entrada nos serviços da Misericórdia até ao seu destino final. Nesta perspectiva, enquadram-se outras iniciativas como, por exemplo, o projecto em curso na Misericórdia de Sintra (Pedro Penteado, Carlos Manique, Cláudia Henriques e Hélio Balinha, «A identificação e a avaliação da documentação acumulada nas Misericórdias: o caso de Sintra»), que procura identificar e avaliar massas documentais acumuladas pela instituição. Trata-se de conferir uma nova atenção a conjuntos documentais que, não lhes tendo sido reconhecido valor imediato para constituir a memória arquivística da Misericórdia, foram remetidos descontroladamente para espaços secundários sem o mínimo de condições

adequadas para a sua preservação. Este trabalho deverá ser articulado, no futuro, com um plano mais global de intervenção no arquivo na Misericórdia sintrense.

José Mariz («Os arquivos das Misericórdias e as novas tecnologias: o caso de Monsaraz»), por seu turno, pôs em destaque o contributo das novas tecnologias de informação, explicitando o caso de Monsaraz, onde estas têm permitido salvaguardar a documentação e potencializar a sua utilização. Através do recurso às mais recentes soluções de normalização, ou seja, a linguagem de marcação XML e a EAD (Encoded Archival Description), as quais têm vindo a garantir uma total independência do software e hardware, a Câmara Municipal, em colaboração com a Misericórdia, pretende disponibilizar ao público, num sistema de consulta em linha, uma biblioteca e um arquivo digitais, que incluirão bibliografia, documentação de arquivo e periódicos concelhios.

Da multiplicidade de questões levantadas nestas Jornadas, mais do que soluções acabadas, resultou uma reflexão conjunta sobre a necessidade premente de salvaguardar o património artístico e documental das Misericórdias, que envolva não só os “especialistas” do Património, mas, sobretudo, as próprias instituições que, nesta matéria, têm de assumir um papel mais interveniente. Neste quadro, grande parte das intervenções nos debates centrou-se na necessidade de, face ao abandono e esquecimento institucional a que são votadas espécies documentais, bandeiras, peças de ourivesaria ou paramentaria, se contrapor uma nova atitude. Assim, o caminho a trilhar passa inequivocamente por conferir maior atenção às “questões patrimoniais”, devendo a União das Misericórdias Portuguesas (UMP), através da sua Comissão do Património, chamar a si uma liderança mais efectiva deste processo, que aponte para um plano de intervenção coordenado. Mariano Cabaço («A União das Misericórdias Portuguesas na defesa do património»), reflectindo os novos desafios que se colocam às Misericórdias, em representação da UMP, não deixou de reconhecer as muitas batalhas ainda por travar e apresentou alguns dos projectos em curso (Programa Operacional da Cultura e as Misericórdias; curso de especialização e pós-graduação sobre o Património das Misericórdias; criação da carreira de responsável do Património das Misericórdias) e das parcerias que se têm vindo a esboçar (IPM, IPA, DGEMN), com vista a garantir às Misericórdias os meios necessários para agir.

As actas, a publicar brevemente, constituirão a melhor referência para avaliar a abrangência temática e a importância das Jornadas, que tornaram evidente a urgência de encarar a salvaguarda do património como regra e não como excepção. Quanto mais não seja porque, como deixou explícito o Provedor da Misericórdia de Castelo de Vide, às instituições leonorinas impõe-se, hoje, cumprir uma 13.^a obra de misericórdia: “Salvar a memória”.

Cláudia Martins Henriques
Hélio Balinha



XXX ENCONTRO DE ESTUDIOSOS DA ANTIGUIDADE CRISTÃ TARDIA

A Pontifícia Universidade Lateranense através do Instituto Patrístico Augustinianum realizou em Roma, de 3 a 5 de Maio de 2001, o *XXX Encontro de estudiosos da antiguidade cristã tardia* subordinado ao tema: *Os concílios ocidentais do século III ao século V*.